



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara Cível da Comarca de Petrolina

PÇ SANTOS DUMMONT, S/N, Forum Dr. Manoel Souza Filho, Centro, PETROLINA - PE - CEP: 56302-000 - F:(87)
38669519

Processo nº **0010221-52.2019.8.17.3130**

AUTOR: ALTINO BENEDITO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Vistos.

ALTINO BENEDITO DA SILVA, através de advogado constituído, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**. Requereu a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.

A Constituição Federal garante que:

“o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos” (artigo 5º, LXXIV).

Estabeleceu-se, assim, o ônus processual na demonstração da pobreza.

É certo que, para a concessão dos benefícios da assistência judiciária, a lei se contenta com a simples afirmação, pela própria parte, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família (artigo 99, § 3º, do CPC).

Todavia, essa presunção não é absoluta, pois o art. 99, § 2º, do mesmo diploma legal dispõe que o juiz poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Igualmente, tais benefícios podem ser revogados a requerimento da parte contrária desde que prove a inexistência ou o desaparecimento dos requisitos essenciais à sua concessão (artigos 100 e ss. do CPC).

Com efeito, os julgados têm entendido que a concessão da assistência judiciária fundamenta-se na presunção *juris tantum* de pobreza, a qual pode ser afastada por prova contrária existente nos autos, ou produzida pela parte contrária. Neste sentido:



AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA. SIMPLES DECLARAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. A simples declaração do interessado no sentido de que não tem condições de arcar com as despesas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família, por se tratar de presunção relativa, pode ser afastada pelo julgador, fundamentadamente. 2. As circunstâncias fático-probatórias consideradas pelas instâncias de origem para afastar a condição de hipossuficiente não são passíveis de revisão em recurso especial. Incidência da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 607252 SP 2014/0276985-9, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 16/12/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/02/2015)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA. SIMPLES DECLARAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA. REMUNERAÇÃO E PATRIMÔNIO INCOMPATÍVEIS. SÚMULA 7/STJ. 1. A simples declaração do interessado no sentido de que não tem condições de arcar com as despesas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família, por se tratar de presunção relativa, pode ser afastada pelo julgador, fundamentadamente. 2. A conclusão das instâncias ordinárias, no sentido de que a remuneração e o patrimônio da ora recorrente contrariam a sua afirmação de carência de recursos para arcar com as custas do processo, não pode ser revista no âmbito do recurso especial, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 7/STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 423252 MG 2013/0366521-9, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 07/08/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/08/2014)

RECURSO DE AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO TERMINATIVA. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO RELATIVA. INDEFERIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. RECURSO UNÂNIME. 1. A Lei nº 1.060/50, ao tratar das normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados, assegura o acesso ao Poder Judiciário àqueles que, em razão da humildade de suas condições econômicas, não têm como suportar os encargos e as custas processuais para o exercício da sua cidadania. 2. A presunção de pobreza é relativa, podendo ser indeferido pelo magistrado quando houver razões capazes de comprovar a capacidade financeira para pagamento de custas processuais. 3. No caso dos autos, o agravante é 3º (terceiro) sargento da polícia militar e possui rendimentos fixos (fls.35), além de estar adquirindo um veículo por meio de financiamento com valor mensal de R\$ 349,64 (trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). 4. No que se refere à contratação de advogado particular, a jurisprudência pátria já se consolidou no sentido que "a constituição de advogado particular não é incompatível com o reconhecimento da hipossuficiência do beneficiado para efeito de concessão da Justiça Gratuita" (TJDF, 4ª Turma Cível, APC 20080110926613, Relator Des. Cruz Macedo, DJ 18/1/2010). 5. Agravo improvido. Recurso unânime. (TJ-PE - AGR: 3867821 PE, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 23/07/2015, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 31/07/2015)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. EXIGÊNCIA. VIABILIDADE. . PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO IMPROVIDO. 1. É facultado ao condutor do feito, por força do caráter relativo da declaração de pobreza, investigar a situação do postulante, quando os elementos existentes nos autos não lhe pareçam satisfatórios quanto a demonstração da sua incapacidade (do requerente) de custeio das despesas advenientes do processo. (TJ-PE. AgRg no AREsp 136.756/MS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 24/04/2012). 2. Recurso improvido, por maioria de votos. CLASSE: Agravo Regimental RELATOR: Jones Figueirêdo ORGAO



JULGADOR: 4ª Câmara Cível JULGAMENTO: 09/01/2014 DATA PUBLICAÇÃO:
21/01/2014

Ainda nesse contexto, importante trazer à baila a lição de NELSON NERY JÚNIOR e ROSA ANDRADE NERY:

“A declaração pura e simples do interessado, quando seja o único entrave burocrático que se exige para liberar o magistrado para decidir em favor do peticionário, não é prova inequívoca daquilo que ele afirma, nem obriga o juiz a se curvar aos seus dizeres se de outras provas e circunstâncias ficar evidenciado que o conceito de pobreza que a parte invoca não é aquele que justifica a concessão do privilégio. Cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca do conceito do termo de pobreza, deferindo ou não o benefício.”

Pois bem, observo que a parte autora alegou genericamente sua hipossuficiência financeira, não trazendo aos autos prova documental, inequívoca, capaz de aferir a sua situação financeira, a ponto de impossibilitá-lo momentaneamente de arcar com as despesas do processo logo na sua origem.

À luz de tais considerações, entendo que a para a parte se enquadrar na supramencionada exceção, esta deve comprovar o preenchimento dos seus requisitos.

Face ao exposto, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove sua insuficiência financeira indicando qual é a sua renda mensal, bem como juntar: a) cópia do seu contracheque, se funcionário de empresa privada ou servidor público; b) se declara Imposto de Renda e, em caso positivo, apresentar o Relatório de Bens e Valores informados à Receita Federal; c) quantos dependentes possui; d) se casado ou em união estável, qual o nome e profissão da sua cônjuge/companheira, bem como sua renda mensal e) se possui casa própria ou paga aluguel; f) se possui veículo(s) e, em caso positivo, quais suas características, sob pena de indeferimento do benefício da justiça gratuita, ou pague o valor devido pelas custas judiciais, que no caso de descumprimento ensejará a extinção do processo sem julgamento de mérito.

Após, retornem os autos conclusos para exame.

P.I.C

PETROLINA, 13 de janeiro de 2020

Carlos Fernando Arias

Juiz(a) de Direito



PETIÇÃO EM PDF





Advocacia e Assessoria Jurídica

Dr. JOÃO VICTOR DE SOUZA MEDRADO – OAB/BA 44.501

Avenida Fernando Menezes Góes, nº 686, sala 01, Centro, Petrolina/PE. Tel: (87) 3861-4463

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE PETROLINA – PE.**

Processo nº 0010221-52.2019.8.17.3130

ALTINO BENEDITO DA SILVA, qualificado nos autos do processo acima epigrafado, vem por seu advogado subscritor da, em cumprimento ao r. despacho de Vossa Excelência proferido no Id: 56368594, **para informar que o Autor não dispõe de recursos financeiro para arcar com as custas processuais, estando mesmo atualmente desempregado, conforme demonstra pela CTPS em anexo, a qual consta a veracidade da informação.**

Ademais, o Autor possui três filhos que são deficientes auditivos e microcefalia, conforme faz prova os laudos médicos em anexo.

Diante do exposto, requer que lhe seja concedida a Assistência Judiciária Gratuita, requer também a juntada do novo laudo médico.

Termos em que, pede deferimento.

Petrolina, 21 de janeiro de 2020.

JOÃO VICTOR DE SOUZA MEDRADO

OAB/BA 44501





Advocacia e Assessoria Jurídica

Dr. JOÃO VICTOR DE SOUZA MEDRADO – OAB/BA 44.501

Avenida Fernando Menezes Góes, nº 686, sala 01, Centro, Petrolina/PE. Tel: (87) 3861-4463





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

2ª VIA

Número

57415

Série

019



Altino Benedito da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Altino Benedito da Silva
Loc. Nas. Curitiba Est. PR Data 28.04.67
Filiação Benedito Firmo da Silva e Maria
Isabel da Silva
Doc. N° PR 48.11964-25PR PR

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. N°
Exp. em / / Estado
Obs.:
Data Emissão 31.08.04 DRT PR

Assinatura do Funcionário

Maria Antônia Viana Carneiro

11.572.731/2001-05

CONTRATO DE TRABALHO

SOSERVI Vigilância Ltda.

Empregador

Rua Eliseu de G. ...

CNPJ/MF Daltro Novo CEP 08.901

Rua ... Nº ...

Município Olinda - PE Est. ...

Esp. do estabelecimento ...

Cargo Vigilante

CBO nº ...

Data admissão 15 de outubro de 2010

Registro nº 19269 Fls./Ficha ...

Remuneração especificada R\$ 607,29 + 30%

(sal. contr.) e fct. de 13. e vale-transporte

(cent. av.)

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º SOSERVI VIGILÂNCIA LTDA

Data saída 09 de Maio de 2014

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º SOSERVI VIGILÂNCIA LTDA

2º

Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

08.468.418/0001-30

Empregador

CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS

CNPJ/MF DE PETROLINA S.A.

Rua R. RIO SANGUEIRO Nº 70 JOSÉ F. MARIA

Município Est.

Esp. do estabelecimento PETROLINA-PE

Cargo Vigia

CBO nº

Data admissão 01 de Maio de 2014

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada R\$ 794,18 (setecenta e noventa e quatro reais e de-

zoto cent. av.) por mês

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º CIRP-Central de Trat. de Resíduos Petrolina S/A

2º

Data saída 31 de Janeiro de 2020

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º CIRP-Central de Trat. de Resíduos Petrolina S/A

2º

Com. Dispensa CD Nº



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO nº

Data admissão de de

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CNPJ/MF

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... CBO nº

Data admissão de de

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº



PREFEITURA DE
PETROLINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



RECEITUÁRIO

UNIDADE DE SAÚDE: AME BCC

NOME: Claiton Altino N. da Silva REGISTRO Nº: _____laudo médico

Declaro para os devidos fins que a
pessoa acima possui deficiência auditiva
e microcefalia.

CID 10: H91.3 Q02

Médico
Otorrinolaringologista
CRE 26137DATA: 30/08/19

(ASSINATURA E CARIMBO)

TELEFONES ÚTEIS

SEC. SAÚDE 3866-8550	HDM / IMIP 3232-9500	COAS 3866-8579	CEREST 3862-1238	HOSP. UNIV. 2101-6500	FARM. POPULAR 3864-2367/3867-3232	VIG. EPIDEM. 3866-8559
SAMU 192	CAPS AD 3862-3677	VIG. SANITÁRIA 3864-2738	ZOONOSES 3867-4774	POLICLÍNICA 3863-4930	DISK DENGUE 3861-5007	



**PETROLINA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**RECEITUÁRIO**

UNIDADE DE SAÚDE: AME BCC

NOME: Clebson Altino Nunes de Sá REGISTRO Nº: _____laudo médico

Declara para os devidos fins que a
pessoa acima possui deficiência auditi-
va e microcefalia.

CID 10 : H91.3 Q02

[Assinatura]
Alda Gomes de Sá
19/09/2020
CRMPE 25132

DATA: 30/09/19

(ASSINATURA E CARIMBO)

TELEFONES ÚTEIS

SEC. SAÚDE 3866-8550	HDM / IMIP 3232-9500	COAS 3866-8579	CEREST 3862-1238	HOSP. UNIV. 2101-6500	FARM. POPULAR 3864-2367/3867-3232	VIG. EPIDEM. 3866-8559
SAMU 192	CAPS AD 3862-3677	VIG. SANITÁRIA 3864-2738	ZOONÓSES 3867-4774	POLICLÍNICA 3863-4930	DISK DENGUE 3861-5007	





PETROLINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



RECEITUÁRIO

UNIDADE DE SAÚDE: AME BCC

NOME: Antia Mirle Nunes da Silva REGISTRO Nº: _____

Laudos médicos

Declaro para os devidos fins que a pessoa acima possui deficiência auditiva e microcefalia.

CID 10: H91.3 202

Dr. Alc. Maitreles
Médico
CRM 25137

DATA: 30 / 09 / 19

(ASSINATURA E CARIMBO)

TELEFONES ÚTEIS

SEC. SAÚDE 3866-8550	HDM / IMIP 3232-9500	COAS 3866-8579	CEREST 3862-1238	HOSP. UNIV. 2101-6500	FARM. POPULAR 3864-2367/3867-3232	VIG. EPIDEM. 3866-8559
SAMU 192	CAPS AD 3862-3677	VIG SANITÁRIA 3864-2738	ZOONOSES 3867-4774	POLICLÍNICA 3863-4930	DISK DENGUE 3861-5007	





Ezir Araújo Lima Junior M.D.



Neurocirurgião - Neurologista

CREMEPE - 9110 / CREMEB - 14906

Mostrado em Neurocirurgia pela UFPE

Membro da World Federation of Neurosurgical Societies

Membro da Internacional Headache Societies

Membro Titular da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia

Membro Titular da Academia Brasileira de Neurocirurgia

Membro Titular da Sociedade Brasileira de Cefaleia

Membro da International AOSpine

14080 MOSKO

INFORMO A M OS DOUTORES
FINS, QUE O PACIENTE ARTURO
BERNARDO DA SILVA, VIGILANTE,
É PORTADOR DE SEQUELA POST-
TRAUMATISMO CÉREBRO-MEDULAR DA
COLUNA DORSAL. PNEUMOTÓRAX COM
BACINA ALBICA INTERIO. SUBLUXÃO DAS
TÁBUAS DO TRAQUEIA POR TUBO
INDEFINIDAMENTE. CTS: +91.

"Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem os
anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente,
nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma
outra criatura nos poderá separar do amor de Deus,

17/10/14 que está em Cristo Jesus nosso Senhor."

Romanos 8,38-39

Edif. Centro Médico de Petrolina Hospital Neurológico Rua Tobias Barreto, s/n - Sala 501 Centro - Petrolina-PE Fone: (87) 3862-2335	POLICLINICA Rua Francisco Vital, 64 - Centro Senhor do Bonfim-BA Fone: (74) 3541-4304 / 3541-4226	CLINSEB Rua Francisco Vital, nº 19 Centro, Senhor do Bonfim-BA Fone: (74) 3541-6422 / (74) 99142-1590	NOVACLIN Rua 13 de Maio, s/n - Andorinha-BA (atrás do Colégio Noêmia Vitor) novaclin@hotmail.com Fone: (74) 99160-9688
---	--	---	--

E-mail: ezirjr@uol.com.br





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
3ª Vara Cível da Comarca de Petrolina

PÇ SANTOS DUMMONT, S/N, Forum Dr. Manoel Souza Filho, Centro, PETROLINA - PE - CEP: 56302-000 - F:(87)
38669519

Processo nº **0010221-52.2019.8.17.3130**

AUTOR: ALTINO BENEDITO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

Vistos etc.

Defiro os benefícios da gratuidade.

Em razão da natureza da ação, deixo de agendar audiência de conciliação.

Cite-se a parte ré para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, art. 335, caput).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344), salvo as exceções previstas no art. 345 do NCPC.

PETROLINA, 31 de janeiro de 2020

CARLOS FERNANDO ARIAS

Juiz(a) de Direito



